

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

07 de  
DEZ  
2018

# CLIP PING



# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

GREVE DA PM

# Câmara aprova perdão para policiais militares

Projeto que beneficia todos os acusados de envolvimento no movimento grevista de 2017 segue agora para votação no Senado

Tais de Hollanda  
Marcos Rosetti

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) 6882/2017, que concede anistia – o “perdão” – aos policiais militares acusados de envolvimento na greve da corporação no Estado, em fevereiro de 2017. A proposta vai agora para votação no Senado.

A matéria é de autoria do deputado e coronel da reserva Alberto Fraga (DEM-DF). O deputado Carlos Manato (PSL-ES) propôs o regime de urgência, aprovado em julho. Manato é autor e um projeto semelhante, que foi acrescido ao PL aprovado ontem.

A proposta concede anistia a policiais e agentes penitenciários do Espírito Santo e também do Ceará e de Minas Gerais e beneficia mais de 700 punidos, uma vez que abrange movimentos grevistas ocorridos entre 1º de janeiro de 2011 e 7 de maio de 2018.

A anistia engloba “os crimes previstos no Código Penal Militar e as infrações disciplinares conexas, bem como os crimes definidos no Código Penal e nas leis penais especiais”, diz trecho da matéria.

Na programação de ontem, Manato é quem iria presidir a sessão. Porém, por ser coautor do Projeto de Lei, ele cedeu a presidência da Mesa Diretora a outro deputado. O PL foi aprovado por unanimidade.

Após a aprovação, Manato afirmou que, agora, começa uma corrida contra o tempo para que o PL seja aprovado no Senado antes do recesso da Casa. “Segunda-feira, vou conversar com os senadores do Estado e outros também, para tentar aprová-lo até quarta-feira. A próxima semana é a última ativa da Casa neste ano. Se a aprovação não acontecer até quarta, ficará para fevereiro (de 2019)”.

Caso o projeto seja aprovado pelo Senado, será encaminhado para o presidente da República, que pode sancionar ou vetar a matéria.

Durante a greve da PM no Espírito Santo, além de episódios de arrombamentos e assaltos, houve mais de 200 assassinatos. Questionado se a anistia representaria impunidade ou abriria precedentes para novas greves, Manato negou.

“A anistia faz justiça aos policiais e bombeiros do Estado. Metade dessas mortes foi de bandidos, foi queima de arquivo. Claro que qualquer morte tem prejuízo para o familiar. Mas isso (greve) não vai mais acontecer.”



MANIFESTANTES ocuparam a frente do quartel de Maruipé nos 21 dias de greve da PM, em fevereiro de 2017

## Projeto corre risco de ser barrado no Senado

O Projeto de Lei 6882/2017, que concede anistia aos policiais militares, pode encontrar dificuldades de aprovação no Senado.

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu, por 7 votos contra 3, a realização de greves por parte das carreiras policiais. Nos bastidores, o comentário é de que o Senado deve seguir a posição do STF.

Ontem, a maioria dos deputados do Espírito Santo não participou da sessão que aprovou a anistia aos PMs. Líder da Maioria na Câmara, o deputado Lelo Coimbra (MDB) disse que o projeto foi posto em votação à revelia do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

“Não estava em pauta. A agenda foi montada na oportunidade pelo presidente em exercício (Carlos Manato). Maia informou, no colégio de líderes, que esse tema não iria para a pauta”, disse Lelo, que não participou da votação.

Além dele, estiveram ausentes, Jorge Silva (SD), Marcus Vicente (PP), Paulo Foletto (PSB), Norma Ayub (DEM) e Sérgio Vidigal (PDT).

No plenário, compareceram Carlos Manato (PSL), Evair de Melo (PP), Givaldo Vieira (PCdoB) e Helder Salomão (PT). A votação de ontem foi simbólica, quando não há registro de votos individuais.

SAIBA MAIS

## 25 militares foram expulsos

Greve da PM

> A GREVE DA PM aconteceu a partir de 4 de fevereiro de 2017 e durou 21 dias. Nesse período, houve mais de 200 assassinatos.

> O PROJETO DE LEI (PL) 6882/2017, que prevê anistia aos militares, foi aprovado na Câmara dos Deputados ontem e deve beneficiar mais de 700 militares punidos.

> O PROJETO SEGUE para o Senado e, se aprovado, para sanção ou veto do presidente.

Punições administrativas

> OS 28 PROCESSOS Administrativos

de Rito Ordinário (PAD-RO) instaurados, que podem levar a expulsão (para praças com menos de 10 anos de corporação), resultam em 23 desligamentos.

> OUTROS DOIS militares foram expulsos após passar por Conselhos de Disciplina, o CD (para praças com mais de 10 anos de corporação). O PAD-RO e o CD podem analisar a conduta de mais de um militar.

> FORAM ABERTOS seis Conselhos de Justificação (para oficiais), que podem resultar em expulsão.

Fontes: PM e deputado Carlos Manato.

## Associações querem retorno dos 25 PMs que foram expulsos

Em função da greve dos PMs no Espírito Santo, em fevereiro do ano passado, foram expulsos 25 policiais. Os representantes das associações de militares defendem o retorno desses profissionais expulsos, com base no Projeto de Lei aprovado na Câmara ontem.

“A anistia vai trazer mais segurança jurídica para os militares que estavam receosos e passavam por Processos Administrativos de Rito Ordinário (processo demissionário de praças) ou Conselho de Justificação (processo demissionário de oficiais)”, disse o presidente da Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo (Assomes), tenente-coronel Rogério Fernandes Lima.

O presidente da Associação Geral dos Militares do Espírito Santo (Agem), Maxson Luiz da Conceição, afirmou que o “perdão” será fundamental para a categoria. “Eu sou um dos policiais excluídos da PM. Com a aprovação, todos os militares, até os excluídos, retornam. É uma vitória e aguardamos aprovação no Senado e, em seguida, do presidente”.

Já o sargento Renato Martins Conceição, presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado, reiterou que, com a anistia, os processos em curso devem ser arquivados. “Temos buscado conscientizar a população de que esse é o melhor caminho”.

## “Anistia desaba pilares da Polícia Militar”, diz secretário

Na visão do secretário de Estado da Segurança Pública, Nylton Rodrigues, a anistia fere princípios da Polícia Militar.

“A Polícia Militar possui 183 anos de existência, em que tem na hierarquia e na disciplina os seus pilares fundamentais. A anistia faz desabar esses pilares, atingindo fatalmente nossos valores institucionais”, disse.

E continuou: “Entendo ainda que as instituições que devem fazer cumprir as leis devem, em primeiro lugar, cumpri-las. A greve foi inconstitucional e o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a greve ilegal”.

No mês passado, o governador eleito Renato Casagrande já havia sinalizado positivamente em relação ao perdão a policiais militares envolvidos na greve da PM, movimento que ocorreu em fevereiro do ano passado e durou 21 dias. Ele chegou a comentar sobre a possibilidade de anistia geral.

“Se a legislação permitir e estiver no campo administrativo, vamos fazer!”



NYLTON RODRIGUES: greve ilegal

ANÁLISE

Rivelino Amaral,  
advogado criminalista

### “Se lei for aprovada, Judiciário cumprirá”

“A anistia é uma espécie de perdão em que o Estado dá a pessoas envolvidas em delitos. Nesse caso, delitos referentes à greve dos policiais militares, em fevereiro do ano passado.”

O governo estadual tem autonomia para conceder anistia na esfera administrativa. Entretanto, os processos criminais só podem ser anistiados por força de lei, como ocorrerá se o projeto aprovado na Câmara dos Deputados ontem entrar em vigor.

Vigorando, alcança inquéritos policiais em andamento, ações penais também e, eventualmente, ações que tiveram como consequência a expulsão de PMs, que podem retornar às atividades. O Judiciário é um órgão que impõe o cumprimento da lei. Logo, se esse projeto for aprovado, o Judiciário vai dar cumprimento.”

| PARALISAÇÃO DA PM |

# “OS PILARES DA POLÍCIA MILITAR VÃO DESABAR”

## Secretário criticou aprovação na Câmara de anistia por greve

ALINE NUNES  
anunes@redgazeta.com.br

Após a aprovação pela Câmara Federal, em Brasília, na manhã de ontem, de projeto de lei que garante anistia a policiais militares envolvidos na greve de 2017, o secretário estadual de Segurança Pública, coronel Nylton Rodrigues, demonstrou insatisfação e preocupação com a decisão do Legislativo. Para ele, a medida “faz desabar os pilares da corporação” e torna a Polícia Militar mais frágil perante a sociedade.

“A Polícia Militar do Espírito Santo possui 183 anos de existência em que tem, na hierarquia e na disciplina, os seus pilares fundamentais. A anistia faz desabar esses pilares, atingindo fatalmente nossos valores institucionais”, ressalta.

O coronel Nylton aponta o respeito, a obediência às regras, o cumprimento do dever legal como valores da PM que devem ser resguardados.

Questionado se, diante da votação na Câmara que

concede a anistia, a PM perde credibilidade, o secretário avalia que, na verdade, a corporação fica mais frágil.

“Eu entendo ainda que as instituições que fazem cumprir as leis devem, em primeiro lugar, cumpri-las. A greve foi inconstitucional e o Supremo Tribunal Federal

“

As instituições que fazem cumprir as leis devem, em primeiro lugar, cumpri-las. A greve foi inconstitucional e o STF a julgou ilegal”

NYLTON RODRIGUES  
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA

(STF) a julgou ilegal”, observa Nylton Rodrigues.

### ANISTIA

O projeto aprovado ontem pelos deputados federais concede anistia a todos os militares envolvidos na greve de fevereiro do ano passado, que durou 22 dias e teve um saldo de mais de 200 assassinatos ao longo do período.

A proposta ainda vai passar pelo Senado, mas prevê o cancelamento de investigações, processos ou punições contra os policiais e familiares por participação em manifestações por melhorias de salário e condições de trabalho.

A anistia aprovada na Câmara abrange os crimes definidos no Código Penal Militar, e as infrações disciplinares correspondentes, bem como os crimes previstos no Código Penal Brasileiro e nas leis penais especiais.

Isso significa dizer, segundo o deputado federal capixaba Carlos Manato, coautor do projeto – ele apresentou uma proposta

que foi anexada à original, do deputado Alberto Fraga, do Distrito Federal, – que a anistia tem efeito sobre as acusações contra os militares nas esferas criminal e administrativa.

O governador eleito, Renato Casagrande, já havia manifestado disposição de conceder anistia administrativa aos policiais, uma vez que essa é uma atribuição que cabe também ao Estado, enquanto a criminal depende exclusivamente de mudança na legislação.

Quanto à anistia aprovada ontem, o novo governo voltou a ser procurado mas, segundo a assessoria, não iria se manifestar.

### RECURSOS

Embora a previsão da anistia seja de suspensão de investigações e punições, o Ministério Público do Estado destaca, por meio da assessoria, que o trabalho que vem sendo

conduzido pelo órgão permanece, e que militares já condenados pela Justiça terão que recorrer novamente ao Judiciário se quiserem reverter decisões.

Esse pode ser o caso do capitão Evandro Guimarães Rocha, acusado de incitar o movimento grevista por meio de postagens em redes sociais, e que foi condenado na última terça-feira a dois anos de prisão.

Já o Tribunal de Justiça do Estado informou, também pela assessoria, que não iria se posicionar. “Considerando que o texto final ainda será votado pelo Senado, o Poder Judiciário, no momento, não irá se manifestar sobre o assunto”, diz a nota.

### ENTENDA

#### ANISTIA

##### ► Proposta

O projeto aprovado ontem na Câmara Federal cancela investigações, processos ou punições contra militares pela participação em atos para reivindicar melhores salários ou condições de trabalho.

##### ► Abrangência

A medida vai beneficiar os policiais tanto na esfera criminal quanto na administrativa, pois abrange os crimes previstos no Código

Penal Militar, e as infrações disciplinares correspondentes, e também no Código Penal Brasileiro.

##### ► Vigência

Para começar a valer, o projeto tem que passar também pelo Senado Federal e, depois, por sanção presidencial.

#### LEGISLAÇÃO

##### ► Mudança

Por lei, os militares não podem fazer greve e, em razão disso, o movimento grevista foi

considerado ilegal pela Justiça. Policiais foram denunciados pelo Ministério Público à Justiça e alguns já começaram a ser condenados. Mas, para evitar a punição, é também por lei, que precisa ser alterada, que a anistia poderá ser concedida a todos os envolvidos nas manifestações.

Nylton Rodrigues disse que anistia atinge valores da PM





▲ **Carlos Manato**  
A favor. "Deixo esta Casa com a sensação de dever cumprido."



▲ **Evair de Melo**  
Foi procurado para falar do assunto, mas não deu retorno à demanda.



▲ **Givaldo Vieira**  
A favor. "A anistia é uma necessidade para os PMs que se manifestaram por direitos."



▲ **Helder Salomão**  
A favor. "Os PMs têm o direito de fazer reivindicações por melhores condições de trabalho e salário."



▲ **Jorge Silva**  
Não estava presente à sessão, mas é a favor do projeto, embora considere o "assunto complexo."

| PARALISAÇÃO DA PM |

# Bancada capixaba na Câmara vota a favor da anistia a PMs

**Deputados não precisaram se posicionar nominalmente na aprovação de lei**

▲ **ALINE NUNES**  
anunes@redogazeta.com.br

Com votação simbólica e aprovação por unanimidade, a bancada capixaba contribuiu para que o projeto de anistia aos militares passasse na Câmara Federal. Mas, para que o benefício comece a valer, o projeto depende agora da aprovação do Senado Fe-

deral e, em seguida, da sanção presidencial.

Não foi informado quais deputados capixabas estavam presentes na votação, porém Givaldo Vieira, Helder Salomão, Carlos Manato e Sergio Vidigal confirmaram participação na sessão.

A votação simbólica não exige que cada deputado se manifeste individualmente, e somente foi possível porque houve negociação prévia com lideranças partidárias, segundo o deputado Carlos Manato, coautor da

proposta. "Como houve acordo, não foi preciso fazer votação nominal. A matéria foi aprovada de forma unânime e enviada ao Senado."

Manato lembra que o projeto passou por três comissões em quase dois anos de tramitação, e que houve bastante resistência política e muitas articulações até sua aprovação, ontem.

"Esse era um compromisso meu com os militares e mais ainda como os familiares desses profissio-

nais. Deixo esta Casa com a sensação de dever cumprido", afirma Manato, acrescentando que, agora, vai se articular para que o projeto seja colocado na pauta de votação do Senado na próxima semana.

Entre os deputados da bancada capixaba também presentes à votação, Sergio Vidigal sustenta seu posicionamento com base na Constituição Federal. "A proposta está de acordo com as previsões constitucionais, nos artigos 21 e 48, que possibi-

litam à União conceder anistia e ao Congresso Nacional dispor sobre a concessão de anistia", justifica.

No Senado, a matéria será lida em plenário e enviada a comissões, como a de Constituição e Justiça, para que emitam parecer.

"Aprovado o parecer, a matéria estará pronta para deliberação e, por fim, poderá ser aprovada ou rejeitada. Em regra, todos os projetos passam pelas comissões para emissão de relatório", informa a assessoria do Senado, por nota.

Ainda segundo a assessoria, a inclusão na ordem do dia para apreciação será feita a partir de avaliação do presidente da Casa, senador Eunício Oliveira.

Os senadores capixabas Rose de Freitas, Ricardo Ferraço e Magno Malta foram procurados para falar como pretendem se posicionar e a tendência de votação na Casa. Apenas Malta deu retorno, por meio da assessoria, informando que votará a favor da anistia dos militares.



▲ **Lelo Coimbra**  
Foi procurado para falar do assunto, mas não deu retorno à demanda.



▲ **Marcus Vicente**  
Foi procurado para falar do assunto, mas não apresentou seu posicionamento.



▲ **Norma Ayub**  
Não foi à sessão, mas é a favor. "Demanda justa que não teve compreensão das autoridades."



▲ **Paulo Foletto**  
Foi procurado para falar do assunto, mas não deu retorno à demanda.



▲ **Sergio Vidigal**  
A favor. "A proposta está de acordo com as previsões constitucionais."

## Associações da categoria comemoram

Para as associações que representam os policiais militares, a notícia do projeto de anistia foi recebida com comemoração. Segundo os representantes, a anistia é constitucional e já aconteceu em outros Estados, em casos semelhantes à paralisação da PM do Espírito Santo.

Segundo a Associação de Cabos e Soldados da PM (ACS-ES), o projeto era conversado com autoridades para ser viabilizado. "Vemos a aprovação na Câmara com alegria e agradecimento. É uma forma de virar a página e construir um amanhã me-



**Mulheres de PMs fecharam entrada de Quartel**

lhor", disse o advogado da ACS, Tadeu Fraga.

Quem concorda é o tenente coronel Rogério

Fernandes, da Associação dos Oficiais Militares (Assomes). "Defender a anistia não signifi-

ca que sejamos contra ou duvidamos da conduta dos oficiais que apuraram o caso. A anistia é constitucional e já foi concedida em outros estados onde aconteceram movimentos similares."

Já a Associação dos Subtenentes e Sargentos da PM (Asses) completa que a anistia "é a justiça sendo feita". "Pois os policiais reivindicaram melhores condições de trabalho. Acredito que nada parecido volte acontecer porque o novo governo está aberto ao diálogo", afirmou o presidente da Asses, Neucimar Amorim.

OPINIÃO DA GAZETA

### NÃO À IMPUNIDADE

▲ A decisão da Câmara de anistiar os PMs grevistas é lamentável e um desserviço à sociedade capixaba, que durante os 22 dias de paralisação ficou desguarnecida e viveu o caos, com violência desordenada: 219 pessoas foram assassinadas. Serviços essenciais como hospitais e escolas não puderam funcionar, e somente o comércio teve perdas de R\$ 300 milhões. É inadmissível que seja concedido perdão indiscriminado a quem

descumpriu a lei e participou de uma greve inconstitucional, que deixou marcas profundas na história do Estado. Esse tipo de benefício pode servir de estímulo à quebra de hierarquia e estimular futuras insubordinações, o que colocaria a sociedade em risco mais uma vez. Espera-se que o Senado corrija essa medida para que as investigações sigam seu curso e a justiça seja feita. A impunidade não pode sair vencedora.

## | PARALISAÇÃO DA PM |

# Greve teve 219 mortes e prejuízo no comércio

**Movimento da polícia em fevereiro de 2017 registrou onda de crimes no Estado**

ELIS CARVALHO  
ycarvalho@redgazeta.com.br

Fevereiro de 2017 teve o cenário de uma guerra urbana não declarada no Estado. Com ruas vazias, o comércio registrou uma onda de arrombamentos, saques e roubos. Além disso, 219 pessoas foram mortas em um dos meses mais sangrentos do Espírito Santo. Nas portas dos batalhões, esposas e amigos de policiais militares bloqueavam a saída das viaturas e dos agentes. Sem policiamento nas ruas por 22 dias, houve um massacre.

A greve da Polícia Mi-

litar deixou rastros também na economia capixaba. Somente no comércio houve uma perda de R\$ 300 milhões. A estimativa é da Federação do Comércio e Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-ES). O valor não inclui as depredações e os assaltos. Pelo menos 300 lojas foram saqueadas e depredadas e o prejuízo calculado nesses casos gira em torno de R\$ 30 milhões. Só na Capital, 200 estabelecimentos sofreram ataques.

Muitos comerciantes até hoje trabalham para pagar empréstimos feitos na tentativa de recuperar os prejuízos. Os números são resultados de lojas que foram invadidas por pessoas que se aproveitaram

do clima de insegurança.

Um dos mortos durante a greve foi o adolescente Fábio Dias Silva, de 14 anos. Ele e mais três amigos, com uma arma de brinquedo, tentaram assaltar passageiros de um ônibus do Transcol, mas foram agredidos pela população. Fábio morreu com traumatismo craniano. Para a mãe da vítima, Sirleide Dias Silva, 42, a anistia é injusta.

“Não apoio e nem sabia o que meu filho estava fazendo. Mas ele morreu em um momento em que o estado vivia um caos. Os PMs deveriam responder pela greve porque muitas pessoas foram assassinadas e alguns nunca foram encontrados”, lamenta.



BERNARDO COUTINHO - 06/02/2017

Morto em Vila Velha durante a greve: sem polícia, criminosos promoveram massacre

## NÚMEROS

### 22 DIAS

#### ► Foi o tempo da greve

A paralisação teve início do dia 4 de fevereiro e durou 22 dias. Durante esse tempo, houve um cenário de uma guerra urbana não declarada no Estado. Com ruas vazias, arrombamentos, saques, e roubos e assassinatos.

### 219 PESSOAS

#### ► Foram assassinadas

Durante a greve da Polícia Militar em fevereiro de 2017, o número de homicídios foi tão grande em pouco tempo que no DML de Vitória houve superlotação, com corpos amontoados em gavetas e no chão.

### R\$ 300 MILHÕES

#### ► É valor de perda que o comércio teve

Ao todo, 300 lojas foram saqueadas e depredadas e o prejuízo calculado nesses casos gira em torno de R\$ 300 milhões. Só na Capital, 200 estabelecimentos sofreram ataques.

| ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS |

# “QUÍMICO” E “GERENTES DE LOGÍSTICA” EM FACÇÕES

## Grupos do tráfico em Vitória contam com funções específicas

▲ NATALIA BOURGUIGNON  
▲ VILMARA FERNANDES

As facções criminosas que controlam o tráfico de drogas na região do Complexo da Penha têm até um “químico” para garantir a qualidade dos produtos comercializados. Essa é uma dentre as muitas posições dentro da hierarquia do grupo criminoso, que conta ainda com “gerentes de logística” e central de videomonitoramento.

Ocupante do cargo de “químico”, mesmo sem formação superior específica, tem a responsabilidade de fazer a mistura dos diferentes ingredientes que vão no preparo da droga. Até 2013, quem era encarregado dessa tarefa era Robson de Oliveira. Conhecido como Bob Dog, Robson atuou no Primeiro Comando de Vitória (PCV) e no Trem Bala, recebendo orientações diretas do chefe das facções, Carlos Alberto Furtado da Silva, o Beto, que já estava preso na Penitenciária de Segurança Máxima II, em Viana.

### RECLAMAÇÃO

O controle exercido por Beto sobre o produto oferecido no mercado era tanto que ele chegou a reclamar da qualidade da cocaína preparada por Bob Dog. O fato está em um dos diálogos interceptados com autorização da Justiça e citados pelo juiz Luiz Guilherme Risso na sentença que condena Robson e outros 16 acusados de pertencerem ou participarem da organização criminosa.

No diálogo fica clara a insatisfação do chefe. “Não está bom. Está cheirando e caiu a qualidade”, afirma Beto em contato telefônico feito de dentro do presídio. O chefe do PCV alerta ainda para que ele não deixe cair a qualidade do produto. “Sempre temos que fazer o melhor.” Segundo a sentença,

**Complexo da Penha, em Vitória: organizações controlam tráfico**



não há dúvidas que Robson preparava entorpecentes para o grupo criminoso. Ele foi condenado, em 2015, a 21 anos de prisão, que estão sendo cumpridos na Penitenciária de Segurança Média de Viana (PSME II).

Em processo aberto este ano, que também tramita na Justiça estadual, investigações apontam que o PCV e o Trem Bala contam ainda com uma pessoa dedicada às questões de transporte e logística. Julieverson dos Reis Trindade, o Biju, esquematizaria

a movimentação, transporte, compra e venda de drogas, inclusive fazendo viagens com esse fim.

Ainda segundo informações dos autos, Biju é conhecido das forças de segurança por adulterar ou remarcar números de chassi e sinais de identificação de veículos que seriam utilizados pelas facções. Ele ainda revenderia carros e motos oriundos de furtos e roubos.

Biju e mais 18 pessoas foram alvos de denúncia feita pelo Ministério Público do Estado, já aceita pela Justiça, e estão com as suas prisões decretadas.

### VIGILÂNCIA

Em julho deste ano, a Polícia Civil desarticulou uma central de comunicações e videomonitoramento utilizada por traficantes da região do Complexo da Penha.

### CONVERSAS TELEFÔNICAS

#### RECLAMAÇÃO POR PÓ

Veja transcrição de conversa telefônica autorizada pela Justiça entre Robson de Oliveira (Bob) e Carlos Alberto Furtado (Beto).

**BETO pergunta como BOB está.**

**BOB diz que está bem.**

**BETO pergunta pela irmã dele.**

**BOB diz que a irmã dele está bem, diz que está na igreja.**

**BETO pede o número do CASCÃO.**

**BOB diz que não tem, diz que X. tem, diz que ele “jogou lá hoje”. Diz que CASCÃO falou que está precisando de os amigos mandar a “parada” para ele.**

**BETO pergunta pelas “correrias”. Diz que está preocupado com ele.**

**BETO pergunta quem está virando (fazendo) o pó.**

**BOB diz que ele mesmo.**

**BETO diz que o pó não está bom não, diz que está cheirando e caiu a qualidade. Diz que eles sempre têm que fazer o melhor. Diz que o “amigo lá” vai arrumar um esquema de peixe para ele vender. Diz que está querendo vender 10g, 15g, 20g. Diz que em 1kg quer tirar R\$ 20 mil.**

**BOB diz que é só mandar que o “bagulho vira daquele jeito”. Pede para falar com CABEÇÃO.**

Nas apurações realizadas pelas forças de segurança, verificou-se que o local continha transceptores portáteis ilegais, telefones celulares, computadores e monitores com acesso a câmeras de videomonitoramento das principais entradas dos morros do Complexo da Penha.

No local, haviam até fogos de artifício utilizados para alertar os traficantes da chegada da polícia. Investigações mostraram que os bandidos captavam o sinal das câmeras de estabelecimentos comerciais e observavam todo o movimento no morro.

A equipe contava até com um olheiro encarregado de trocar as baterias do radiocomunicadores utilizados pelos companheiros que monitoravam as entradas e saídas da comunidade.

NESTOR MULLER - 29/01/2014

## 19 EM DENÚNCIA

É o número de criminosos que foram citados pelo MPES no último processo.

Fachada do Presídio de Segurança Máxima II, onde festa reuniu criminosos encarcerados



## ENTENDA

### AGOSTO

#### ► Noivos

No último dia 16 de agosto casaram-se Ana (nome fictício), que não cumpre nenhuma pena, e o detento Diego Carlos Kaiser.

#### ► Festa

Ao contrário dos casamentos coletivos previstos para as unidades prisionais, o casal teve direito a um casamento individual, que aconteceu no presídio de Segurança Máxima 2, em Viana, com direito a festa bancada pelas facções criminosas.

### CONVIDADOS

#### ► Lideranças

Segundo denúncia do MPES, já aceita pela Justiça Estadual, a festa permitiu o encontro das lideranças das facções criminosas que, em regra, ficam em alas separadas. Elas puderam se encontrar e trocar informações sobre as suas atividades.

| ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS |

# FESTA FOI FACHADA

# PARA PLANEJAR CRIMES

## Lideranças das facções se reuniram em casamento

As esposas e namoradas dos acusados de integrar o Primeiro Comando de Vitória (PCV) e o Trem Bala se manifestaram por meio de nota informando que são inocentes e que “vão buscar todos os meios legais para provar que nada têm a ver com os ilícitos.” Elas dizem que “estão profundamente assustadas com o vulto (a proporção) que as acusações tomaram.” Em processo que tramita na Justiça estadual, elas são réas por participar ativamente do grupo criminoso ao qual pertencem os companheiros.

Anoiva, que não cumpre nenhuma pena (e por isso não terá seu nome revelado), se uniu ao detento Diego Carlos Kaiser. Ao contrário dos demais casamentos ocorridos nos presídios, e que são coletivos, a celebração acima foi exclusiva para Ana e Diego. É o que relatam peças constantes em processo, e o fato é citado também em denúncia feita pelo Ministério Público Estadual (MPES), já aceita pela Justiça Estadual, que acatou ainda a prisão dos

19 denunciados.

No documento, o MPES relata que a celebração do casamento permitiu a reunião das principais lideranças das facções criminosas. E, em regra, elas são mantidas em separado dos demais presos, na tentativa de se evitar contatos e troca de informações.

Os criminosos que participaram da cerimônia e que atuam no Estado são do Primeiro Comando de Vitória (PCV) e do seu braço armado, o Bonde do Trem Bala. “Se reuniram com outros integrantes durante a cerimônia, quando puderam, livremente, inclusive sem a utilização de uniformes, trocar informações”, diz o texto.

### COMANDO

Dentre os líderes a que se referem está Carlos Alberto

Furtado, o Beto, detido na Penitenciária de Segurança Máxima 2, em Viana, pelo menos desde o início dos anos 2000. Além de fundador do PCV, ele liderava, mesmo preso, a exploração do tráfico de drogas no Complexo da Penha, em Vitória. Fato citado em várias decisões judiciais, como a de 2015, do juiz Luiz Guilherme Risso, onde declara: “Carlos Alberto Furtado exercia o comando da associação criminosa, mesmo estando custodiado no Presídio de Segurança Máxima II (PSMA-II)”.

**84**  
**CRIMINOSOS**

Número de integrantes do PCV e do Trem Bala presos em Viana.

Além dele, também participou da cerimônia Giovanni Otacílio de Souza, o Paraíba. Quando solto, ele era o responsável pelo comando do tráfico de drogas do Complexo da Penha, ocasião em que era visto, segundo denúncia do MPES, transitando com armas de fogo de grosso calibre, uso restrito, na companhia de comparsas que desempenhavam o papel de seguranças armados. Ele fazia parte da estrutura de comando do PCV e homem de confiança de Beto.

No mesmo sistema prisional encontram-se detidas outras 84 lideranças do PCV e Trem Bala. A maioria delas estão citadas em pelo menos em dez processos que tramitam na Justiça. Muitos destes alvos só foram presos após operações policiais, com o

apoio do MPES. A maioria é tida como de alta periculosidade até pela sua capacidade de articulação e de enviar comandos para fora do presídio.

Mas no dia 16 de agosto, eles e as demais lideranças estavam reunidas na festa, bancada por Beto, que garantiu a entrada no presídio até das comidas servidas na ocasião, segundo informações de relatórios presentes no processo.

Na denúncia aceita pela Justiça estadual é acrescentado que o objetivo da festa foi muito além do casamento. “Nota-se o firme propósito de reunir as lideranças criminosas do PCV e do Trem Bala, com o objetivo de se comunicarem e traçarem estratégias de controle das atividades ilícitas de suas organizações criminosas”, assinala o texto.

## Mulheres de criminosos falam que são inocentes

As esposas e namoradas dos acusados de integrar o Primeiro Comando de Vitória (PCV) e o Trem Bala se manifestaram por meio de nota informando que são inocentes e que “vão buscar todos os meios legais para provar que nada têm a ver com os ilícitos.” Elas dizem que “estão profundamente assustadas com o vulto (a proporção) que as acusações tomaram.” Em processo que tramita na Justiça estadual, elas são réas por participar ativamente do grupo criminoso ao qual pertencem os companheiros.

A advogada Patrícia Cavalcanti, que representa as quatro mulheres citadas em A GAZETA ontem, afirmou que ainda não teve acesso ao conteúdo completo do processo mas ressalta que “trata-se de inquérito novo, cuja ação penal será iniciada.”

Ela afirma que não há nos autos nenhuma prova. “Importante ressaltar que garante a Constituição Federal que todos são inocentes até que se prove o contrário. Assim, qualquer tipo de julgamento antecipado além de contrariar o ordenamento jurídico é cruel com pessoas que sequer tiveram acesso aos autos para saber do que estão sendo acusadas”, disse a defesa.

# | ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS | “MAIORIA DO PCC NO ESTADO ESTÁ PRESA”

## Secretário de Segurança diz que facção não exerce influência

Na avaliação do secretário de Segurança Pública, Nylton Rodrigues, apesar da facção criminosa denominada de Primeiro Comando da Capital (PCC) não possuir estrutura consolidada de comando de crime no Estado, não significa que deva ser subestimada pelas forças de segurança. “Devemos manter a atenção, o monitoramento e ações fortes, o que nossos policiais estão tendo. E, em paralelo, um sistema prisional mais rígido para evitar as comunicações”, destaca.

Nylton relata que a maioria dos integrantes do PCC que atuavam no Estado estão presas. O restante atua no comércio de drogas. “No sistema varejista, onde os ganhos são ínfimos e os riscos enormes”, relata. A expectativa destes criminosos do Estado, conta o secretário, era de selar uma parceria com o PCC e, a partir daí, de melhorar o seu resultado financeiro.

“Mas a frustração bate à porta da realidade quando os lucros não acontecem. E começam a se afastar. É uma dinâmica por perceberem as dificuldades e os riscos enfrentados, por se deixarem seduzir pela ilusão de pertencer a grupo criminoso de tamanha abrangência midiática”, destaca.

São atuações monitoradas com regularidade, relata Nylton, pelos serviços de inteligência e pelos PMs e PCs.



Secretaria de Estado de Segurança Pública: facções são monitoradas por serviços de inteligência

“Monitoramos, reprimimos e prendemos membros dessas facções a todo momento, tomando os riscos muito grandes. Ao longo do tempo o PCC tem buscado se fortalecer no Estado, procurando arregimentar mais membros e expandir território. Vem tentando. Porém não exerce grande influência e não está conseguindo o comando no crime, como visto em São Paulo e outros estados”, pondera o secretário.

Em relação ao PCV e o Trem Bala, facções criminosas locais, ele observa que elas têm tido contato e relacionamento comercial com o PCC. “Mas não quer dizer que estão a serviço do PCC.

“Monitoramos, reprimimos e prendemos membros dessas facções a todo momento”

NYLTON RODRIGUES  
SECRETÁRIO ESTADUAL  
DE SEGURANÇA PÚBLICA

São organizações criminosas locais, que tentam se expandir, como o que ocorreu em áreas do Centro de Vitória-Piedade, Fonte Grande e outras –, mas que nós monitoramos e estamos sempre atuando para tirá-los de circulação”, relata.

Acrescenta que o PCV e o Trem Bala trabalham para elas mesmos. “Têm uma ação no tráfico e no movimento do comércio de venda de drogas mais forte do que o PCC, que tenta se expandir”, conta.

Já outras facções menores, cujos nomes nem sempre aparecem com destaque, acabam sendo mais agressivas e letais. “São grupos que

não atuam, por exemplo, no Complexo da Penha. São menores, atuam em outros bairros, no mercado varejista das drogas, mas são mais violentos e perigosos. Às vezes chega a ter dois ou três em um mesmo bairro.”

### HOMICÍDIOS

E são na briga destes pequenos grupos, explica o secretário, que residem boa parte das mortes violentas. “O tráfico é responsável por 50% a 60% dos homicídios, que ocorrem nas disputas de territórios, muitas delas entre estes grupos menores. É a briga dos pequenos”, relata.

O caminho para enfrentar as facções, assinala Nyl-

“O PCC tem buscado se fortalecer no Estado, mas não exerce influência e não está conseguindo o comando do crime”

NYLTON RODRIGUES  
SECRETÁRIO ESTADUAL  
DE SEGURANÇA PÚBLICA

ton, passa pelos investimentos em inteligência policial. “É isso que enfraquece as facções. Investindo em sistemas de inteligência que irão aprimorar o nosso trabalho, aumento da nossa eficiência no monitoramento. Quanto melhor for o nosso monitoramento e mais rígido e eficaz o nosso sistema prisional, mais dificuldades estas facções terão de se instalar no Estado”, diz o secretário.

Um total de R\$ 37,5 milhões foram investidos na área de inteligência. Parte destes recursos serão destinados à construção de um Centro Integrado de Inteligência, em Maruípe. Uma obra de R\$ 14,6 milhões.

## Sejus: cerimônias dentro dos presídios são coletivas

Apesar dos relatos existentes em processo judicial de que o casamento de Ana (nome fictício) e Diego Kaiser, realizado na Unidade de Segurança Máxima II, em agosto deste ano, ter sido individual, a Secretaria de Justiça (Sejus) informa, por nota, que as cerimônias nos presídios são coletivas. “A realização de cerimônias coletivas de ca-

samentos em unidades prisionais faz parte do processo de resgate da cidadania dos internos e contribui para o processo de ressocialização dos mesmos”, diz, sem mencionar o casamento que foi bancado pelas facções criminosas.

A nota informa ainda que essas “cerimônias são organizadas por voluntários de instituições que

prestam assistência religiosa aos detentos do sistema prisional capixaba.”

Acrescenta ainda que essa assistência religiosa é garantida pela Lei de Execução Penal. E que no Estado ela é organizada pelo Grupo de Trabalho Interconfessional (Ginter), do qual fazem parte diversos grupos religiosos.

Informa ainda que a

equipe de Inteligência do o Grupo de execução Penal do Ministério Público estadual foi avisado com antecedência e participou da cerimônia e que todos os familiares convidados tiveram o histórico criminal checado previamente.

Em relação à vestimenta dos detentos, a Sejus informa que, com base na legislação vigente, apenas

os noivos receberam autorização para utilizar roupa civil durante a cerimônia. Mas na denúncia feita à Justiça Estadual é relatado que os detentos não usavam uniforme.

Segundo a Sejus, estão sendo feitos investimentos em equipamentos e capacitação de servidores para evitar a entrada de materiais ilícitos nas unidades priso-

nais do Estado. Acrescenta que monitora a movimentação dos detentos no interior das unidades prisionais com o objetivo de evitar qualquer tipo de articulação.

A secretaria destaca ainda que mantém o controle do sistema prisional e que a sua Diretoria de Inteligência atua em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública (Sesp).



# Casal é indiciado por extorsão e ameaça contra Amaro Neto

**Polícia Civil concluiu que militar e a mulher tentaram extorquir dinheiro do deputado**

▲ **GLACIERI CARRARETTO**  
▲ **GABRIELA SINGULAR**

A Polícia Civil concluiu ontem o inquérito envolvendo o policial militar, Fernando Marcos Ferreira e a esposa, Keila Bonde Ferreira. O casal, que é acusado de tentar extorquir dinheiro do deputado estadual Amaro Neto, está preso desde a última sexta-feira (30).

De acordo com a polícia, Fernando e Keila foram indiciados pelo crime de extorsão. O PM ainda deve responder duas vezes pelo crime de ameaça.

A Polícia Civil afirma que as provas juntadas pela defesa do deputado foram suficientes para comprovar que houve extorsão. Ainda segundo a polícia, Fernando e Keila não apresentaram nenhuma prova de que seriam inocentes. O

inquérito será encaminhado ao Poder Judiciário.

No último domingo (2), a Justiça converteu a prisão em flagrante do cabo de Fernando e a mulher dele, Keila, para prisão preventiva. Segundo a decisão da juíza Mariana Lisboa Cruz, em pesquisas realizadas nos sistemas judiciais foram encontrados registros criminais contra Fernando, sendo um inquérito penal militar em trâmite por lesão corporal seguida de morte.

*“Fernando, após descobrir um relacionamento extraconjugal entre sua esposa e a vítima, passou a exigir quantia a fim de não divulgar o caso”*

**MARIANA LISBOA CRUZ**  
JUÍZA

Para a juíza, a soltura de Fernando poderia colocar em risco a segurança da sociedade, devido à sua periculosidade. A juíza afirmou, ainda, que as ameaças contra Amaro chegaram a acontecer pessoalmente, quando um representante do deputado foi à casa de Fernando e Keila, onde foi informado que a vítima tinha que pagar os R\$ 500 mil exigidos.

“No presente caso, Fernando, após descobrir um relacionamento extraconjugal entre sua esposa e a vítima, passou a exigir quantia financeira a fim de não divulgar o caso e as imagens íntimas para terceiros”, relatou a juíza.

## O CASO

Segundo a ocorrência, a extorsão teria sido motivada em virtude de um relacionamento do deputado com a mulher do policial. Durante um dos encontros, teria sido feito um vídeo íntimo com o parlamentar.

Ainda segundo a polí-



Deputado estadual Amaro Neto foi vítima de extorsão

LISSA DE PAULA/ALES

cia, a mulher fez contato com deputado, por meio do WhatsApp, informando que o marido teria descoberto o caso amoroso entre ambos, pedindo, por esse motivo, uma quantia em dinheiro para que a situação não se tornasse pública. No dia 30, uma diligência policial, acompanhada de um assessor de Amaro, foi até a casa da mulher.

No local, o policial teria exigido R\$ 500 mil para apagar todos os arquivos envolvendo o parlamentar e Keila. O casal foi preso em flagrante.

## ASSESSOR

O assessor parlamentar de Amaro Neto relatou à Polícia Civil que Fernando Marcos Ferreira ameaçou a vida do parlamentar. Segundo ele, o PM teria dito, durante a negociação, que “o ‘produto’ era muito importante... que a partir daquele momento a vida do assessor e a de Amaro estavam correndo perigo”.

# Deputados já estudam reajuste no próprio salário

Câmara Federal fará estudo e pode aprovar o aumento de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil nos subsídios de 513 parlamentares

Kleber Amorim

**A**pós os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) terem seus salários reajustados em 16,38%, na Câmara dos Deputados começam as movimentações para que os parlamentares também tenham reajuste.

O deputado federal Fernando Giacobbo (PR-PR), primeiro-secretário da Câmara, disse na última quarta que a Casa fará um estudo sobre a viabilidade jurídica para aprovar, ainda neste ano, reajuste nos salários dos parlamentares, hoje em R\$ 33,7 mil ao mês. O salário de um ministro do STF, que era no mesmo valor, foi para R\$ 39,3 mil.

Segundo Giacobbo, há uma vedação ao reajuste na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que é a peça aprovada pelo Congresso usada como base para a elaboração do Orçamento federal para o ano seguinte. O projeto de Orçamento de 2019 está em tramitação no Congresso.

"Ficou decidido que vai ser feito um estudo jurídico para saber se na votação do Orçamento seria permitido suprimir isso da LDO. Se não der, não será feito. Se der para suprimir, será feito o reajuste.



GIACOBBO disse que considera justo conceder reajuste a deputados federais, acompanhando o do Supremo

Acho que é até justo", disse Giacobbo para a Folha de S. Paulo, na saída de um encontro de parlamentares do PR com o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL).

Também para a Folha, o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM) chamou de uma "grande mentira" a possibilidade do estudo jurídico. Ele, porém, não respondeu se colocaria o projeto de reajuste em votação ainda este ano.

"Acredito que não vai ser colocado este ano. Participei da reunião

em que estava o Giacobbo. A pauta vai ficar para o ano que vem, para os que vão entrar", considerou o deputado federal capixaba Carlos Manato (PSL).

"O Rodrigo (Maia, DEM) foi claro ao dizer que não vamos discutir isso agora. Deixa para a nova legislatura colocar o dedo no botão lá", finalizou.

Diferentemente do Judiciário, no caso do Legislativo não há "efeito cascata" imediato do reajuste nos escalões inferiores.

## ENTENDA O CASO

### Reajuste em discussão

- > O PRESIDENTE Michel Temer (MDB) sancionou, no dia 26, reajuste de 16,38% nos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Eles terão salários reajustados de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil.
- > DESDE ENTÃO vem ocorrendo pressão no Congresso para que a medida seja estendida aos contracheques dos 513 deputados e 81 senadores, que têm salários de R\$ 33,7 mil.
- > DIFERENTE do Judiciário, no caso do Legislativo não há "efeito cascata" imediato nos escalões inferiores, mas tradicionalmente deputados estaduais e vereadores, que têm o subsídio limitado a um percentual dos congressistas, aprovam reajuste em cadeia após a decisão de Brasília.
- > PARA o reajuste, basta a aprovação de um decreto legislativo pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, com maioria simples e sem sanção do Presidente.
- > A ASSEMBLEIA do Espírito Santo disse por nota que o assunto não está sendo discutido na Casa.

## Bancada capixaba diz que é contra

Dos 10 deputados federais da bancada capixaba, a reportagem de **A Tribuna** conversou com sete deles ontem. A maioria disse que votará contra o reajuste nos salários dos parlamentares, caso seja colocado em pauta.

São eles: Helder Salomão (PT), Sérgio Vidigal (PDT), Evair de Melo (PP), Carlos Manato (PSL) e Marcus Vicente (PP).

"Sou contra pelo cenário que a gente está vivenciando no País.

Não estou discutindo merecimento, mas o momento agora é de todos contribuírem, em um País com desemprego, servidores públicos sem reajustes, o exemplo tem de sair da Casa", disse Vidigal.

"Voto contra. Não há o menor juízo em tratar esse tema. Se o Senado e o presidente não tivessem feito aquela farra dando aumento ao STF, nada disso estaria acontecendo", disse Evair de Melo.

Norma Ayub (DEM), alegando

desconhecer a afirmação do deputado Fernando Giacobbo (PR) de querer realizar estudo para reajuste dos salários, disse que não cabia uma manifestação dela.

Paulo Foletto (PSB), por sua vez, se limitou a dizer que está de licença médica e também não se manifestou. Lelo Coimbra (MDB), Givaldo Vieira (PCdoB) e Jorge Silva (Pros) não atenderam telefonemas nem responderam mensagens enviadas pela reportagem.

Danos Morais

## Estudante que não recebeu diploma será indenizada no ES

Mulher acionou a Justiça após não receber o certificado de uma pós-graduação

Compartilhar:

Publicado em 06/12/2018 às 19h27

Atualizado em 06/12/2018 às 19h33

Fonte: As informações são da assessoria do TJES



Isabella Arruda  
iarruda@redgazeta.com.br



Diploma negado para estudante que concluiu o curso em todos os requisitos


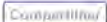
Uma estudante de pós-graduação em "Alfabetização e Letramento, Sociologia e Artes" será indenizada por danos morais no valor de R\$ 4 mil em razão de a instituição de ensino ter se recusado a emitir certificado de conclusão do curso. A pós-graduanda é formada em Pedagogia e ingressou em 2015 na faculdade onde concluiu a especialização.

De acordo com a decisão do juiz da 1ª Vara de Castelo, no dia 12 de junho, a estudante enfrentou mais do que o "mero aborrecimento" ao ter sido impossibilitada de participar de processos seletivos para vagas na área do curso realizado, configurando o abalo psicológico e angústia, motivos que fazem com que deva ser indenizada.

De acordo com informações divulgadas nesta quinta-feira (6) pelo **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, existem provas suficientes do cumprimento dos requisitos para obtenção do diploma pela pedagoga, ao contrário do que alegou a faculdade. Além da indenização, a instituição também foi condenada a entregar à aluna a certificação formal da especialização.

## **Vagas de emprego, vacinas e assistência jurídica neste sábado (8) na Serra**

7 de dezembro de 2018 - por Danieleh Coutinho

  4 pessoas curtiram isso. Cadastre-se para ver do que seus amigos gostam.

Neste sábado (8), será realizado o Ocupa Vila Nova de Colares – Serra+Você. O evento é uma parceria da Prefeitura da Serra com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), por meio do Programa Ocupação Social. Realizado das 9 às 13 horas, na Emef Professora Eulália Falqueto Gusmann, que fica na Rua Alfredo Galeno, 162, o evento vai oferecer aos moradores atendimentos de saúde, vacinas, cadastro único do Bolsa Família, oficinas para pessoa idosa, assistência jurídica e recreação para crianças.

Além disso, os moradores do bairro terão acesso a encaminhamentos para emprego, cadastro de seguro-desemprego, agendamento de Carteira de Trabalho, inscrição para orientação profissional, negociação de dívidas com o Procon, orientação sobre o Programa de Estágio Jovens Valores, tarifa social da Cesan, serviços de cadastramento de Micro Empreendedores Individuais (MEI), ações de educação no trânsito, informações sobre o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, e atrações culturais.

## **MULHER DEVE SER INDENIZADA EM R\$ 4 MIL APÓS NÃO RECEBER CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO ES**

8 horas ago 8 Vistas

A mulher fez especialização em Alfabetização e Letramento, Sociologia e Artes

Uma estudante do curso de Pedagogia deve ser indenizada em R\$ 4 mil após a instituição de ensino negar a entrega do certificado de conclusão de curso de pós-graduação. As informações foram publicadas no site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

A mulher informou que ingressou na faculdade em 2015 para realizar a especialização. No entanto, ao terminar a formação, não recebeu a comprovação de estudo, apesar de ter cumprido todos os requisitos solicitados.

A defesa da instituição de ensino contestou a ação, alegando ilegitimidade de ser ré no processo. A defesa ainda completou afirmando que a estudante "deu causa a não expedição do documento, pois não apresentou o diploma de graduação para a emissão do certificado em Artes, não concluiu a pós-graduação em Alfabetização e Letramento e sequer iniciou o curso de Sociologia".

Mesmo assim, nos autos constam que houve o cumprimento dos requisitos necessários para a estudante ter direito ao diploma de pós-graduação. O juiz da 1ª Vara de Castelo decidiu pela condenação à indenização por danos morais no valor de R\$ 4 mil, visto que a autora ficou impossibilitada de participar de processos seletivos. A instituição foi obrigada a entregar a certificação de conclusão da especialização.

## Mulher deve ser indenizada em R\$ 4 mil após não receber certificado de pós-graduação no ES

7 de dezembro de 2018 Editor Jornal Tijucas Geral 0

0

Foto: Reprodução



Folha Vitória

Folha Vitória

Uma estudante do curso de Pedagogia deve ser indenizada em R\$ 4 mil após a instituição de ensino negar a entrega do certificado de conclusão de curso de pós-graduação. As informações foram publicadas no site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

A mulher informou que ingressou na faculdade em 2015 para realizar a especialização. No entanto, ao terminar a formação, não recebeu a comprovação de estudo, apesar de ter cumprido todos os requisitos solicitados.

A defesa da instituição de ensino contestou a ação, alegando ilegitimidade de ser ré no processo. A defesa ainda completou afirmando que a estudante "deu causa a não expedição do documento, pois não apresentou o diploma de graduação para a emissão do certificado em Artes, não concluiu a pós-graduação em Alfabetização e Letramento e sequer iniciou o curso de Sociologia".

Mesmo assim, nos autos constam que houve o cumprimento dos requisitos necessários para a estudante ter direito ao diploma de pós-graduação. O juiz da 1ª Vara de Castelo decidiu pela condenação à indenização por danos morais no valor de R\$ 4 mil, visto que a autora ficou impossibilitada de participar de processos seletivos. A instituição foi obrigada a entregar a certificação de conclusão da especialização.

Source: <http://noticias.r7.com/feed.xml>

## Mulher deve ser indenizada em R\$ 4 mil após não receber certificado de pós-graduação no ES

A mulher fez especialização em Alfabetização e Letramento, Sociologia e Artes

FU Redação Folha Vitória

07 de Dezembro de 2018 às 07:25  
Atualizado 07/12/2018 07:25:43.



Foto: Reprodução

Uma estudante do curso de Pedagogia deve ser indenizada em R\$ 4 mil após a instituição de ensino negar a entrega do certificado de conclusão de curso de pós-graduação. As informações foram publicadas no site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

A mulher informou que ingressou na faculdade em 2015 para realizar a especialização. No entanto, ao terminar a formação, não recebeu a comprovação de estudo, apesar de ter cumprido todos os requisitos solicitados.

A defesa da instituição de ensino contestou a ação, alegando ilegitimidade de ser ré no processo. A defesa ainda completou afirmando que a estudante "deu causa a não expedição do documento, pois não apresentou o diploma de graduação para a emissão do certificado em Artes, não concluiu a pós-graduação em Alfabetização e Letramento e sequer iniciou o curso de Sociologia".

## Mulher deve ser indenizada em R\$ 4 mil após não receber certificado de pós-graduação no ES – Cidades

7 Dezembro, 2018



A mulher fez especialização em Alfabetização e Letramento, Sociologia e Artes

- 
- 

07/12/2018 – 07h25

Foto: Reprodução

*Uma estudante do curso de Pedagogia deve ser indenizada em R\$ 4 mil após a instituição de ensino negar a entrega do certificado de conclusão de curso de pós-graduação. As informações foram publicadas no site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).*

*A mulher informou que ingressou na faculdade em 2015 para realizar a especialização. No entanto, ao terminar a formação, não recebeu a comprovação de estudo, apesar de ter cumprido todos os requisitos solicitados.*

*A defesa da instituição de ensino contestou a ação, alegando ilegitimidade de ser ré no processo. A defesa ainda completou afirmando que a estudante "deu causa a não expedição do documento, pois não apresentou o diploma de graduação para a emissão do certificado em Artes, não concluiu a pós-graduação em Alfabetização e Letramento e sequer iniciou o curso de Sociologia".*

*Mesmo assim, nos autos constam que houve o cumprimento dos requisitos necessários para a estudante ter direito ao diploma de pós-graduação. O juiz da 1ª Vara de Castelo decidiu pela condenação à indenização por danos morais no valor de R\$ 4 mil, visto que a autora ficou impossibilitada de participar de processos seletivos. A instituição foi obrigada a entregar a certificação de conclusão da especialização.*

[link](#)



## TJES – Negado pedido de indenização contra estacionamento após suposto furto de cordão de ouro

07 Dez, 11:50

Compartilhar



Os pedidos de indenização foram negados pelo juiz por falta de comprovação do fato narrado.

O magistrado do 1º Juizado Especial Cível de Linhares julgou improcedente os pedidos de indenização material e moral feitos pelo autor da ação, que alegou ter estacionado seu veículo no estabelecimento da ré e após retornar ao carro, percebeu que seu cordão havia sido furtado.

“Apesar de a parte autora ter alegado que deixou o seu cordão de ouro dentro do automóvel e que o mesmo foi furtado quando o seu veículo estava sob os cuidados da ré, bem como comunicou que havia deixado objetos de valor no seu veículo, tenho que deixou de comprovar tais fatos no presente feito, haja vista que inexistem provas tendentes a corroborar a sua alegação”, examinou o juiz.

O requerente defende que deve ser ressarcido pelo dano material do furto e indenizado por danos morais. Contudo, o magistrado entendeu que a ré não tem responsabilidade pela perda de bens materiais dos clientes. “Ainda que o furto tenha ocorrido, não há que se falar em reparação dos danos relativos aos bens deixados no interior do veículo. O dever de guarda não incide em relação a eles, mas apenas ao veículo”, conclui o juiz, que negou os pedidos propostos pelo autor.

Processo nº: 0023800-12.2016.8.08.0030

## Justiça de Anchieta nega indenização a aluna que perdeu prazo para tirar CNH

Redação FolhaOnline.es (<https://www.folhaonline.es/autor/redacao2/>) 📅 dezembro 7, 2018

📁 Anchieta (<https://www.folhaonline.es/category/anchieta/>), Notícias de Anchieta

(<https://www.folhaonline.es/category/anchieta/noticias-de-anchieta/>), Seu Direito (<https://www.folhaonline.es/category/colunas/seu-direito/>)

💬 1 Comentário (<https://www.folhaonline.es/justica-de-anchieta-nega-indenizacao-a-aluna-que-perdeu-prazo-para-tirar-cnh/#comments>)

📖 0

(<https://www.folhaonline.es/justica-de-anchieta-nega-indenizacao-a-aluna-que-perdeu-prazo-para-tirar-cnh/>)

📄 Curtir 10

*Aluna de autoescola ajuizou ação após o processo para tirar a carteira de motorista vencer*

Uma decisão da 1ª Vara de Anchieta julgou improcedentes os pedidos de uma aluna de autoescola do município de Anchieta, após seu processo para obter habilitação para dirigir carro e moto vencer, ter pedido a condenação da empresa prestadora de serviço ao pagamento de danos morais e materiais, assim como a entrega do diploma devidamente registrado no órgão responsável.

De acordo com a autora do processo, a mesma efetuou o pagamento das mensalidades e taxas do Detran, porém a empresa não teria oferecido horários diferenciados para realização das aulas práticas. Ela ainda acrescentou que a autoescola não ofereceu novas oportunidades para a realização das aulas práticas, bem como não proporcionou condição para o término do curso.



*Foto: Reprodução.*

Em sua defesa, a empresa informou que a aluna assinou um contrato de prestação de serviços para obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e que no período de 12 meses de validade do processo, somente se submeteu à prova teórica após sete meses, restando apenas cinco para a realização das aulas e provas práticas. Mesmo assim, apesar de não se comprometer em encaixar alunos que interrompem o curso, tentou por várias vezes ajudar a aluna a retornar, oferecendo oportunidades para a mesma realizar as aulas e a prova práticas, porém a mesma sempre faltava, sendo assim, seu processo venceu.

Após análise do caso, o magistrado não verificou falhas na prestação do serviço da requerida e entendeu não ser possível a entrega do diploma se a autora não finalizou o curso, com o número mínimo de aulas práticas.

\*Com informações: [tjes.jus.br](http://tjes.jus.br)



## **Negado pedido de indenização contra estacionamento após suposto furto de cordão de ouro**

*Os pedidos de indenização foram negados pelo juiz por falta de comprovação do fato narrado.*

O magistrado do 1º Juizado Especial Cível de Linhares julgou improcedente os pedidos de indenização material e moral feitos pelo autor da ação, que alegou ter estacionado seu veículo no estabelecimento da ré e após retornar ao carro, percebeu que seu cordão havia sido furtado. "Apesar de a parte autora ter alegado que deixou o seu cordão de ouro dentro do automóvel e que o mesmo foi furtado quando o seu veículo estava sob os cuidados da ré, bem como comunicou que havia deixado objetos de valor no seu veículo, tenho que deixou de comprovar tais fatos no presente feito, haja vista que inexistem provas tendentes a corroborar a sua alegação", examinou o juiz. O requerente defende que deve ser ressarcido pelo dano material do furto e indenizado por danos morais. Contudo, o magistrado entendeu que a ré não tem responsabilidade pela perda de bens materiais dos clientes. "Ainda que o furto tenha ocorrido, não há que se falar em reparação dos danos relativos aos bens deixados no interior do veículo. O dever de guarda não incide em relação a eles, mas apenas ao veículo", conclui o juiz, que negou os pedidos propostos pelo autor. Processo nº: 0023800-12.2016.8.08.0030 **Fonte: TJ/ES**

Publicado em: 07/12/2018